



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: CALVO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 04-06-2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Boa tarde a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 8ª audiência pública do ano de 2014, com a presença dos Srs. Vereadores , Informo que essa reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov.br link, auditórios on-line.

Passemos aos itens da pauta.

PL 242/13, de autoria dos Srs. Vereadores Reis e Marta Costa. Em discussão. Não há oradores inscritos. Esse projeto está consoante com o código de defesa do consumidor, que proíbe qualquer publicidade enganosa, abusiva que se aproveite da deficiência de julgamento experiência das pessoas. Claro que a criança não tem o poder de discernimento total sobre as questões. Esse projeto visa, então, que a propagandas não sejam direcionadas para as crianças. Estamos vivenciando momento de obesidade precoce na nossa sociedade, isso leva a uma comorbidade que população essa que queremos para o nosso futuro. Está amparado, por iniciativas do IDEC, Instituto Alana, que enviou ao Presidente Lula e ao Ministério da Saúde e ANVISA, a Câmara e o Senado, pedindo a regulamentação da propaganda de alimentos para as crianças. Iniciativa patrocinada por ambos institutos e amparadas na iniciativa concorrente prevista nos incisos 5, 9 e 15 do Art. 24 da Constituição Federal. É o direito fundamental concedente a promoção a proteção a vida e a saúde. Agora precisaríamos estar regulamentando também no Município. Algumas propagandas querem fazer das crianças consumidoras. Exploram essa inocência. E segundo a SES campanhas multinacionais de alimentos, bebidas e doces, investiram em 2006, algo em torno de 13 bilhões em propagandas. Proporcionalmente, isso deve ter um impacto nas ações governamentais de tratamento de problemas de obesidade, aumento do colesterol que chamamos de dislipidemia, metabolismo das gorduras em crianças muito comum. Sabemos que isso trás danos para nossa saúde e não é só isso, a questão dos alimentos que podem ter algum aditivo que possa viciar. Quer

dizer, estaríamos combatendo o vício. Em recente apresentação de projeto da lei estadual pelo Deputado Rui Falcão, que serviu de amparo e inspiração a presente propositura. O Governo do Estado de São Paulo impediu que São Paulo recebesse uma legislação moderna sobre o tema sob o argumento inconstitucionalidade de sua iniciativa. Todavia a interpretação mais apropriada do texto constitucional refere-se à sociedade aberta dos interpretes á aplicação dos princípios hermenêuticos que visa a sociedade com destinatário ao final dos regramentos instituídos pela lei maior. A Constituição. A Constituição Federal, descrever a competência privativa da União para legislar sobre propaganda comercial atribuída aos entes federativos a competência concorrente para legislar sobre saúde proteção da Infância e Juventude Direito do Consumidor. Quando as duas normas Constitucionais entram em aparente conflito aplica-se critérios hermenêuticos para adaptar ao texto constitucional à vontade da sociedade e não do legislador ou do determinado segmento privilegiado da sociedade. No caso, nos deparamos, com à necessidade de aplicação do principio da prevalência dos direitos fundamentais, ou seja, quando as duas normas constitucionais colidem, aquela que trata sobre direitos fundamentais prevalece sob a norma que visa, apenas proteger o interesse de anunciantes da indústria. Projeto,esse, na nossa interpretação não há vício de iniciativa e poderá prosperar na sua audiência pública.

Fica aqui então realizada e aprovada, para que possa seguir os tramites dentro da comissão em segunda audiência realizada, o PL 242/13, de autoria dos Srs. Vereadores Reis e Marta Costa. Dou por encerrada essa segunda audiência publica do respectivo projeto de lei.

Item seguinte: PL 420/13, de autoria do nobre Vereador Jair Tatto. Há alguém inscrito para falar? (Pausa)

Esse projeto de lei visa o bilhete único infantil, proporcionará condições para que as crianças não se submetam a constrangimento de passar por baixo da catraca de ônibus ou sobre esta, o que ocasiona transtorno a mesma, além do risco de acidentes dentro do veículo. Considerando que o pressuposto que a criança em questão somente viaja no colo de seu

responsável é entendimento de que não há oneração ao sistema de transporte urbano e portanto não fica caracterizado a inclusão de nova isenção na grade tarifária. As crianças exercerão sua cidadania e garantirão sua alta estima.

Dou por encerrada essa segunda audiência pública do projeto de lei 240/13, de autoria do nobre Vereador Jair Tatto.

Item seguinte: PL 551/13, de autoria dos Srs. Vereadores: Natalini, Ricardo Young, Nabil Bonduki, Toninho Vespoli, Dalton Silvano e Goulart. Há inscritos para falar sobre o PL? (Pausa) Tem a palavra o Sr. Ivan Cárceres.

O SE. IVAN CÁRCERES – Faço parte da assessoria do nobre Vereador Natalini, e nesse momento recebi a incumbência do nobre Vereador para fazer a defesa do PL 451/13. Fazer um relato breve. Esse projeto e lei, em outra versão foi apresentado em 2011, com o número 447/11, de autoria do Vereador Gilberto Natalini, propondo essa matéria, da inclusão do alimento orgânico na merenda escolar, ou seja, no sistema municipal de ensino do Município de São Paulo.

Esse projeto 447/11, foi aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo, quer dizer a Câmara Municipal de São Paulo aprovou esse projeto na sua primeira versão, entretanto foi vetado pelo Executivo, no início de 2013. Recebeu o veto do Prefeito em 2013. Como trata de matéria relevante porque alimentação hoje é uma preocupação, é um problema inclusive de saúde pública, com impactos seriíssimos na saúde pública, essa questão de uma alimentação inadequada. Esse projeto foi reapresentado agora nessa versão 451/13, que é o que está em análise hoje e nessa reapresentação dessa matéria, foi útil o subsidio do Executivo das razões de veto. De certa forma houve uma contribuição do Executivo, no seu veto, no seu arrazoado, na suas explicações técnica sobre a condução da matéria e essas razões do Executivo, razões de veto, inclusive, foram incorporadas ao projeto de maneira que facilite a tramitação dele como tem tramitado bem aqui nesta Casa, e a eventual sanção por parte do Executivo. É inegável, é indiscutível, a relevância dessa matéria para a população de um modo geral e

particularmente para as crianças da rede escolar. O projeto encontra-se adequado, tendo todos os prazos, percursos, eles será aplicado de forma gradativa e os setores da administração pública que estarão envolvidos na implementação desse programa no Município de São Paulo. É o que tinha a dizer, em nome do nobre Vereador Gilberto Natalini e contamos com o apoio de todos os presentes. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Com a palavra o Sr. Ernani Silveira Rosa.

O SR. ERNANI SILVEIRA ROSA – Estou aqui como presidente do sindicato dos nutricionistas do Estado de São Paulo defendendo esse projeto de lei que é vital para a saúde dos nossos munícipes. Percebemos que a aplicação de veneno na produção de alimentos, por todo o Brasil, está indiscriminada, abusivo, descontrolado, e sabemos que o aparecimento de pessoas com patologia de câncer está absurdamente aumentado e alguma coisa tem ligação com o alimento, e eu, particularmente, gostaria que os nossos cientistas dessem uma atenção maior na pesquisa dessa ligação agrotóxico e câncer, e outras doenças degenerativas. Sabemos que a criança ainda não tem no seu organismo ainda formado, defesas orgânicas para conseguir combater a ingestão. Se não houver essa precaução de preservar as nossas crianças, de receber alimentos com veneno, daqui, talvez, 10, 15 anos, teremos os hospitais entupidos e o SUS sem condições de tratar, e será tarde demais. Acredito que a aprovação dessa lei, é fundamental até como cidadania para nossas crianças. Acredito que nossos nobres Vereadores vão olhar essa lei, e vão aprovar, porque realmente ela precisa, porque é o caso de vida e saúde. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Como especialista, sabe os danos do BHC? É um dos piores, não é? Esse era o mais antigo. O senhor sabe que nós temos várias áreas com alto teor de BHC na cidade de São Paulo, que está sendo ocupadas por invasões, por habitações. E o senhor mesmo disse que devido à alimentação, daqui a 10, 15 anos, a população frequentará mais hospitais devido às doenças adquiridas. Fica aqui esta reflexão, podíamos providenciar uma audiência pública sobre o assunto, o senhor não quer nos ajudar, Dr. Ivan?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Samuel Gabanyi, Coordenador de Projetos do Instituto Vitae Civilis e representante do MUDA – Movimento Urbano de Agroecologia.

O SR. SAMUEL GABANYI – Presidente, já que o nosso colega citou os benefícios à saúde trazidos pelos orgânicos, além disso, eu queria lembrar que os agrotóxicos têm alto impacto no ambiente.

Nossos agricultores locais, a duras penas, trabalham contra os diversos lobbies dos agrotóxicos e, por isso, o produto fica um pouco mais caro devido aos incentivos fiscais que os agrotóxicos e os fertilizantes recebem em nosso país. São Paulo é o maior mercado consumidor e nós estamos falando também das nossas crianças. Além de todos os problemas já citados, os agrotóxicos causam epidemia de obesidade, e não só má-formação fetal dentre outras coisas.

Este é só um apelo em nome do meio ambiente, em nome das nossas crianças para acelerarmos o processo, e darmos exemplo ao nosso país porque todos ficam de olho nas políticas que saem daqui de São Paulo.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado. Para ilustrar, quando me formei na década de 80, nos bancos escolares já se falava de estudo sobre os anencéfalos, dos fetos sem cérebro. E por não formarem o cérebro, não é formada a calota craniana, o osso do crânio; e o osso é formado para proteger o cérebro. Grande número de anencéfalos estava na região da Cosipa, na Baixada Santista, e ao estudarem chegaram à conclusão de que se devia aos poluentes lançados na atmosfera.

Tem a palavra Fábio da Silva Gomes, Instituto Nacional do Câncer.

O SR. FÁBIO DA SILVA GOMES – Sou nutricionista, trabalho na Unidade Técnica de Alimentação, Nutrição e Câncer do Instituto Nacional do Câncer.

Queria falar em defesa do projeto, parabenizar a iniciativa da proposição. Sabe-se que o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos no mundo, e uma medida como essa não beneficiará somente as crianças, mas os agricultores, que são amplamente expostos a esses produtos.

O projeto também favorecerá o meio ambiente, a saúde das crianças, então ele é fundamental. Até mesmo países mais ricos não têm condições de lidar só com o tratamento do câncer. Um tratamento de câncer hoje, no Brasil, custa de 12 mil dólares a 40 mil dólares. Mesmo para países ricos, é muito difícil lidar com essa produção, com o volume de câncer produzido pela exposição aos agrotóxicos e a outros fatores que também podem provocá-lo. É fundamental então trabalhar com a prevenção, começando desde a infância para que possamos ver as crianças crescendo saudáveis e também os adultos mantidos saudáveis, ao longo do seu ciclo de vida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Doutor, claro, se há aumento da incidência de câncer, de neoplasias: ah, mas a população aumenta; então uma porcentagem da população fica propensa... Mas ninguém fez estudo por região, por exemplo, na cidade de São Paulo, não levam em conta as características regionais, inclusive hábitos e costumes. E também levando em conta as reuniões – e convido o doutor para estar conosco – da CPI das Áreas Contaminadas. Nosso intuito é construir um estatuto para as áreas contaminadas, de como agir para descontaminar. Quem sabe possamos fazer uma audiência pública nesse sentido, quanto à prevenção.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – O senhor pode usar o microfone. Tudo está sendo gravado e depois será degravado.

O SR. FÁBIO DA SILVA GOMES – Neste momento, estamos trabalhando em estudo com diversas universidades do Brasil, e com algumas instituições de fora do país

justamente para estimar a quantidade de cânceres ocasionados por diferentes fatores de risco, ou seja, os cânceres que temos no Brasil, hoje, quantos por cento foi causado pelo cigarro, quantos pela má alimentação, quantos pela obesidade, quantos pela exposição ocupacional ou ambiental. Pretendemos fazer isso na medida em que houver informação regional; talvez até estadual, quem sabe, dependendo da quantidade de dados de exposição da população, teremos então condições de calcular quanto da incidência de câncer é atribuída a cada um dos fatores, e quanto acaba resultando em custo para a sociedade, não só em termos financeiros, mas em termos de vida, de sofrimento.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – São Paulo cresceu devido à vocação industrial, o polo industrial do país é São Paulo, e pagamos um preço por isso. Se não houvesse as indústrias, São Paulo não seria o que é. Há um óleo contido nos reatores, o ascarel, que contaminou a USP Leste. Uma contaminação não só por gás metano ou por elementos orgânicos retirados do desassoreamento ou retificação do Tietê. E esse é mais fácil de lidar, o problema é a explosão, a remoção de terra. Mil caminhões, calculamos 22 mil metros cúbicos de terra, foram retirados de todas as regiões de São Paulo, e não dá para rastrear.

Assim como o câncer dá metástase, ele dá filhotes, uma área contaminada se não está bem preservada, pode dar filhotes contaminando mais e mais áreas na cidade de São Paulo. E o ascarel é altamente cancerígeno.

Prosseguindo, tem a palavra o Sr. José Roberto.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA E SILVA – Vendo esse projeto, não se pode esquecer o sódio. O sódio está matando muita gente. A gente não pode mais comer, vai ao mercado e não há mais o que comer. Tudo que está lá: sódio, sódio, sódio. O sódio prejudica a saúde, não prejudica?

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Em excesso, sim.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA E SILVA – E outros alimentos que também estão na praça, que parece dão câncer e outras coisas mais. E o sódio está nesse rol.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Esta comissão pode buscar um grupo de nutrólogos, nutricionistas para tentar dirimir as dúvidas. O sódio é parte do nosso organismo, é preciso sódio, mas precisamos saber da quantidade

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA E SILVA – A gente vai ao mercado e é sódio, sódio, sódio.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Claro, claro. Precisamos saber das quantidades, das medidas. O senhor tem toda razão, está anotado. Agradeço o senhor José Roberto pela intervenção favorável ao projeto. (Palmas)

A próxima é a Sra. Gabriela Vuolo do Greenpeace. Você teve uma colega que, recentemente, foi presa na Rússia?

A SRA. GABRIELA VUOLO - Pois é, a gente faz um bocado de coisas, mas essas são as coisas que saem na Imprensa.

Boa tarde a todas e a todos. Eu sou da Campanha de Agricultura Sustentável do Greenpeace. Quero agradecer pela oportunidade de falar, de demonstrar o apoio do Greenpeace a esse projeto de lei. Acreditamos que ele poderá ser um ícone.

Somos uma organização internacional e eu não tenho conhecimento de algum projeto de lei ou de iniciativa parecida com essa em nenhum lugar do mundo. A escala que podemos alcançar na cidade de São Paulo seria simbólica, significativa para o mundo inteiro. É uma tendência que pode ser seguida por outras cidades. Como outras pessoas já falaram, não preciso reforçar que há impacto de agrotóxicos sobre a saúde e sobre o meio ambiente.

Sabemos que há contaminação de água, de solo, há impacto sobre a biodiversidade, sobre os ecossistemas, tudo isso é gravíssimo. Além do impacto sobre a produção familiar, sobre o controle dos agricultores em sua produção, e em seus meios de produção. Sabe-se que é todo um pacote tecnológico, que cria uma dependência dos agricultores. Há uma série de impactos sociais. Do ponto de vista da saúde, não vou me alongar. O Fábio já disse tudo que tinha de ser falado.

Porém, o mais importante é que além de falar de saúde, de meio ambiente, temos de pensar sobre a tendência do ponto de vista da educação alimentar, e as crianças acabam levando de volta pra casa. Sabe-se que mudando a alimentação das crianças e os seus hábitos, isso vai gerar impacto em casa, no hábito das famílias que irão ter mais contato com isso.

Há outro aspecto importante quanto à geração de demanda. Muita gente fala sobre a oferta, ah, vai ter orgânico suficiente para atender essa demanda? Precisamos começar também a gerar demanda. Sem dúvida, falando do sistema de merenda municipal, são quase um milhão de refeições por dia, e isso certamente geraria demanda que poderia ampliar, ainda mais, a produção orgânica na cidade de São Paulo e no seu entorno.

Então, nosso total apoio ao projeto de lei. Contamos com a Câmara para que o projeto vá adiante.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Posso lhe fazer uma pergunta?

A SRA. GABRIELA VUOLO - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Gabriela, e o custo, o impacto na receita da Prefeitura para fornecer essa alimentação mais saudável?

A SRA. GABRIELA VUOLO - Há duas coisas. Uma é a questão da oferta e da demanda. Sem dúvida, quando a demanda é maior o nível de preço se ajusta de acordo com a regra da oferta e demanda.

Outra coisa a avaliar é quanto hoje da agricultura convencional, baseada em agrotóxicos e noutros insumos químicos, é subsidiada. E se a agricultura orgânica tivesse o mesmo tipo de incentivo, talvez não fosse tão cara quanto é, infelizmente, até hoje. Precisaríamos fazer uma avaliação real do preço e do preço estabelecido hoje, pois na agricultura convencional há subsídios que infelizmente a agricultura orgânica ainda não recebe.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Muito bem. Você nos traz uma reflexão. Nós estamos votando o Plano Diretor. Para nós, paulistanos, sabemos que não há florestas na

cidade de São Paulo, mas temos uma região rural. Por que não a Prefeitura estimular a agricultura através de cooperativas...

A SRA. GABRIELA VUOLO – Exatamente, temos um polo fortíssimo de produção orgânica na região de Parelheiros, por exemplo. O Samuel e a Suzana podem falar melhor sobre isso. Mas, sem dúvida, essa seria uma maneira de estimular que o polo se amplie e surjam outros dentro da cidade de São Paulo e no seu entorno.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Podemos levar à Comissão de Educação. Vou conversar com o Vereador Reis e a gente faria uma audiência conjunta sobre o tema. Acho superinteressante. Seria para mudar a mentalidade e fomentar, assim tornando os orgânicos mais baratos.

Muito obrigado, Gabriela.

A SRA. GABRIELA VUOLO – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Fala Fábio, já decorei seu nome...

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Fala, Samuel. Desculpe! (Risos) Fale no microfone, por favor. Estou muito feliz de ver aqui o Greenpeace e as várias entidades.

O SR. SAMUEL GABANYI – Também agradeço. Queria mais Vereadores escutando a gente... Isso vale para a turma que não está aqui.

Queria lembrar que além dos subsídios que há para os agrotóxicos e para os químicos, há estudos provando que a agricultura convencional, se somarmos os custos do nosso sistema de saúde, e aos custos ambientais, é como você falou, na zona rural há diversas áreas de proteção ambiental nas quais estamos jogando agrotóxicos que vão contaminar a água. A gente somando todos os custos que não são levados em conta, com certeza o alimento orgânico vai sair muito mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Vocês têm opinião, o Greenpeace tem opinião sobre os transgênicos?

O SR. SAMUEL GABANYI – Não sou do Greenpeace, não posso responder. Mas posso dizer que somos totalmente contra. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado, Samuel.

Vejam os senhores, um projeto, quantas ideias.

Tem a palavra o Sr. George da Rede Nossa São Paulo.

O SR. GEORGE WINICKI – Sou da Rede Nossa São Paulo. Trabalhamos, temos ação com indicadores e metas na cidade de São Paulo.

Estou aqui para manifestar o nosso apoio a esse projeto de lei, acho que será um avanço conforme muitos falaram. Acho que vai reforçar a questão de custos. Como o Samuel acabou de dizer, acho que temos de começar a fazer cálculos, indicadores de custos do que representa uma alimentação cheia de veneno para a qualidade de vida do restante da vida das pessoas.

Também falo da quantidade de doenças. Já foi falado sobre o custo do tratamento de câncer e de mais outras doenças. Tudo isso tem de entrar na conta porque alimentação é o principal fator para que haja saúde. Aliás, é estranho que nas campanhas eleitorais, principalmente, quando se fala em saúde, e não estamos falando de saúde, estamos falando de sistema de tratamento de doenças, que também é importante. Mas saúde significa mais coisas, significa pessoas estarem mais alinhadas, significa se alimentarem melhor. Portanto, se temos um alimento mais saudável, se educamos as crianças para que se alimentem de modo mais saudável, com certeza, além de qualidade de vida haverá economia, os custos serão menores em vários aspectos, um deles quanto ao tratamento de doenças. Haverá menos doenças, haverá menos custos e menos impactos que, em geral, assumimos com os caros tratamentos de saúde.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Sr. Jorge, o senhor que entende de agrotóxicos, eu

queria saber se esses agrotóxicos usados atualmente são acumulativos no organismo e no solo também.

O SR. JORGE – Eu não sou especialista nessa área, mas quem atua nessa área sabe que todo o processo de vida é sistêmico. Então, por exemplo, o que você coloca num determinado produto vai contaminando em série, contamina os lençóis freáticos, as plantas e as pessoas também. Portanto, eles têm impacto em cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Estou satisfeito com a sua resposta. Tem algum especialista em agrotóxico? Qual o seu nome? Susana? Por coincidência, a senhora é a próxima, porque tem um jornalista de uma rádio - não vou citar o nome – que está acompanhando o nosso trabalho. Essa pergunta chegou agora a nós. Isso está sendo transmitido pela web. Você pode falar se esses agrotóxicos usados atualmente impregnam o organismo *for ever* e também o solo ou se, parando de usar, você fica descontaminado?

A SRA. SUSANA PRIZENDT – boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui. Sou a Susana Prizendt, da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida e do Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo.

A campanha tem material suficiente no nosso site, www.contraosagrototoxicos.org, comprovando todas essas informações que mostram que os agrotóxicos, sim, se acumulam principalmente no tecido gorduroso. Eles se acumulam até passando na cadeia alimentar. Então, se um animal se alimenta de um alimento contaminado, ele vai acumular esses agrotóxicos no seu organismo e isso vai fazer com que, por exemplo, a carne que a gente ingira seja contaminada por agrotóxicos.

No solo acontece a mesma coisa. Nós temos resíduos de agrotóxico hoje nos lençóis freáticos; temos resíduos de agrotóxico até nas geleiras do Polo Sul, DDT, um agrotóxico que já foi proibido em vários lugares há muito tempo. Mas, ele continua resistindo até nas geleiras.

No corpo humano, já foi encontrado agrotóxico no leite materno, no sangue, na

urina. Então, não tem mais nenhuma necessidade de se provar que o agrotóxico é acumulativo.

Eu trouxe um estudo que fala de crianças, porque elas são muito mais vulneráveis. Trouxe um relatório que é o último relatório de direitos humanos no Brasil. Nesse relatório tem vários artigos sobre agrotóxico. Eu pude ser coautora de um deles que se chama *O Envenenamento da Infância*. É um título forte, mas verdadeiro.

As crianças estão sendo submetidas a uma quantidade de agrotóxico e a uma variedade de agrotóxico que a gente não tem ideia das consequências que ocorrerão no futuro. É uma mistura química numa proporção jamais vista. E essas crianças já estão enfrentando tratamento de câncer. O aumento de câncer comprovadamente causado por exposição ao agrotóxico – já foi debatido nessa mesma Casa em abril do ano passado, já faz mais de um ano. A gente trouxe uma especialista, oncologista pediátrica, para falar disso. Então, o assunto é gravíssimo.

Quando a gente fala de custos, eu queria complementar. Primeiro, existem alguns estudos que mostram que economicamente o agrotóxico é inviável; que para cada real empregado no agrotóxico, mais de um real é gasto em saúde pública. Então, isso existe. Tem tese de doutorado. Acho que tem no nosso *site*. Então, economicamente é inviável.

Outra coisa que não foi falado é que economicamente quem ganha com o agrotóxico? (Pausa) O produtor? Não. Quem ganha é quem fabrica. Só quem fabrica. O produtor não. Ele tem que pagar e cada vez é mais caro, porque cada vez o agrotóxico gera mais super pragas, que precisam de agrotóxicos mais fortes e caros. O agricultor é refém desse sistema. Então, quem ganha é uma meia dúzia de donos de mega empresas internacionais. Só. E o prejuízo é socializado por todo mundo. É socializado não só financeiramente, mas por perda de qualidade de vida. Então, se falarmos do ponto de vista econômico, não tem como a gente defender o uso de agrotóxico.

Estamos conversando com a Secretaria de Departamento de Compra da Merenda

Infantil justamente para resolver como na prática viabilizar a implantação desse PL. Estaremos lá amanhã, mas já temos acompanhado há meses. Tenho em mãos uma carta assinada pelo nosso Prefeito Fernando Haddad, quando ele era candidato. Essa carta é uma carta de compromissos com a campanha. Nessa carta os compromissos que ele assumiu com a gente foram:

Estabelecer legislação proibindo uso no município dos agrotóxicos de ingredientes ativos já banidos em outros países em função dos problemas gerados na saúde e no meio ambiente, quer dizer, a gente permite 20 princípios ativos que nos outros países não são permitidos;

Proibir a pulverização aérea, que no caso aqui já é proibido;

Construir políticas públicas de incentivo à agroecologia, tais como formação para agricultores e assistência técnica;

Investimento econômico para propriedades que queiram fazer o processo de transição, política de compra de alimentos sem agrotóxicos, entre outras.

Isso está assinado, eu tenho o original e aqui está a cópia. Então, temos todos os elementos para fazer esse projeto avançar o quanto antes e trabalharmos juntos para que seja um sucesso, uma referência internacional e que a gente possa inverter o triste cenário que está aí.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Maravilha. Saúde não tem preço. Então, há a predisposição de desenvolver neoplasia genética, questão familiar - estou falando de coisas de 30 anos, já passei dos 50. Porém, há o agente infeccioso com as causas virais e o agente lesivo, que pode ser químico ou físico. O químico se refere a uma série de fatores que a modernidade veio para solucionar, mas acabou complicando.

Eu não havia pensando que quem lucra é o fabricante, já que ele é o produtor, porque ele não vai matar as pragas. O mosquito da dengue, o *Aedes aegypti*, por exemplo,

está resistente.

A audiência pública ajuda muito a prosperar o projeto e também a mobilização no plenário é fundamental, porque vocês têm conhecimento de causa, sabem o que falam e são organizados. Talvez esta tenha sido a primeira audiência pública que eu presenciei com qualidade de debate, sem desqualificar as outras. Mas, foi muito bem pontuada e precisamos disso, do convencimento.

A gente lida com o Orçamento, mas é o que você falou, o problema é em relação a médio e longo prazo ou que então aumentará mais na saúde. Só que se o consumo já existe há tantos anos, significa que o problema está nos departamentos de saúde pública, principalmente.

Queria conversar com a Sra. Maria Lúcia, assessora do Vereador Nabil Bonduki, um dos autores desse projeto, que está debruçada no Plano Diretor, a respeito do seguinte: como a nossa cidade versará sobre a produção na área rural, parece que o Plano Diretor também já está colocando travas, quer dizer, segurança para o não uso de agrotóxico na nossa cidade, é isso? A informação está corretíssima e é por esse motivo que o Vereador Nabil Bonduki não está presente, mas está representado pela sua assessoria.

Feito esse registro, o último orador inscrito para falar sobre o projeto é a Sra. Marta Livia. Por favor, nome completo, entidade que representa, pois esta audiência está sendo gravada.

A SRA. MARTA LIVIA SUPPLY - Boa tarde. Meu nome é Marta Livia Supply, presido a Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil e estou aqui como sociedade civil, engajada na luta trazida a nós pelo Sindicato dos Nutricionistas, mas é uma luta da cidadã, da mãe, da mulher, da empresária.

Parabenizo a qualidade do que foi dito aqui, as respostas, o comprometimento que essa moça trouxe agora de um parlamentar. Parabéns, a minha entidade faz isso. A gente busca o compromisso e o que foi feito realmente.

Mas, estamos aqui como cidadãs e como mulheres. Somos 450 mulheres no estado de São Paulo com essa preocupação: que os nossos filhos, que os nossos netos, que as nossas mulheres tenham uma qualidade de alimentação que realmente nos faça bem representar. Também me solidarizo com quem falou: “pena que temos poucos vereadores hoje”, mas com certeza essa luta é uma luta também da sociedade civil.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Dou por encerrada a segunda audiência pública do PL 451/2013.

Há também o encaminhamento desta comissão, nossa assessoria produzirá uma audiência pública conjunta de educação e saúde, que poderá trazer essa discussão para colaborar com o andamento do projeto. Então, o PL 451/13 tem de prosperar na comissão.

O próximo item é o PL 499/2013, de autoria do Vereador Laércio Benko (PHS), que dispõe sobre a implantação de tratamento contra a depressão infantil e na adolescência nas Unidades Básicas de Saúde – UBS.

Há algum assessor ou especialista na área, psicólogo? Vou, então, fazer uma defesa sucinta. É sabido que as questões de uma sociedade dentro da sua modernidade é um custo social, acirramento também das injustiças sociais. Sabemos também que a criança é o alvo, sendo difícil diagnosticar uma depressão nela. A criança fica prostrada, seu rendimento escolar cai e não sabemos se está com depressão ou com problemas em casa ou problemas de visão, necessitando usar óculos.

O Vereador Laércio Benko preocupa-se com essa matéria. Parece que há uma incidência muita alta de depressão hoje, não só para as crianças, mas para todas as faixas etárias, caracterizando uma incapacitação já no início do terceiro milênio da nossa evolução humana, social, médica.

Esse projeto é muito atual e vem corrigir, principalmente com um bom diagnóstico e tratamento, a evasão escolar, a infelicidade, doenças oriundas de problemas emocionais que

dão impacto no funcionamento do organismo.

Hoje se discute muito o problema de mulheres que passaram por grandes traumas, desenvolveram depressão e demoraram a serem diagnosticadas e tratadas, desenvolvendo inclusive câncer genético, infeccioso, químico, físico e emocional. Mulheres que tiveram depressão são mais propensas a desenvolver câncer, principalmente de mama, na questão da amamentação. Há um fundo da psique humana, psicológica, de sentimento e do instinto maternal. Trata-se de um excelente projeto que deverá prosperar.

Dou por encerrada a segunda audiência pública do PL 499/2013.

O próximo item da pauta é o PL 541/2013, de autoria do Vereador Wadih Mutran (PP), que dispõe sobre a introdução de normas para a utilização de sistema de identificação e de rastreabilidade de todos os instrumentos cirúrgicos utilizados na rede pública e particular dos hospitais localizados na jurisdição do município de São Paulo, e dá outras providências.

Há algum assessor do Vereador que deseja se manifestar?

Tem a palavra o Sr. Dirceu Ferreira Junior.

O SR. DIRCEU GONÇALVES FERREIRA JUNIOR – Meu nome é Dirceu Gonçalves Ferreira Junior e apenas vim elogiar esse projeto de lei do Vereador Wadih Mutran, porque já tive muitos problemas, principalmente perda de entes queridos por causa de infecção hospitalar por uso de instrumentação cirúrgica.

Hoje em nosso país nem índice somos capazes de ter, porque não são comensurados pela falta de controle. Esse projeto é muito importante porque nem a própria Anvisa nos dá uma lei que regulamenta como se fazer ou cuidados que se deve ter na manutenção desses instrumentais. Esses instrumentais não são olhados, nem tampouco qualquer instituição sabe o quantitativo dos mesmos dentro da sua instituição.

Aproveitando o ensejo, saiu também um projeto de lei do Senador Antonio Carlos Rodrigues sobre esse assunto. Mandou um ofício ao diretor-geral da Anvisa, o Sr. Dirceu, meu xará por sinal, e eu gostaria de deixar com a Mesa, porque ele comenta algumas coisas dentro

desses aspectos, onde fala da necessidade, da oportunidade, das identificações disso para não misturar um instrumental de uma caixa com a outra, que tipo de identificação tem que ser feita.

A resina epox é maravilhosa, desde que se saiba que tipo de produto está sendo usado e se tem realmente algum lado específico, pois isso não faz mal ao ser humano. Hoje se usa paliativos para fazer essas identificações coloridas, mas como não existem normas, ninguém sabe o que está usando e que efeito isso pode trazer ao paciente ou se cair numa cavidade no paciente em cirurgia. O Senador fala dos laudos de biocompatibilidade, o que é muito importante. Se cair numa cavidade trará problemas? Esse produto está sendo usado?

Então, é nesse sentido que falo e gostaria de deixar uma cópia com a Mesa do que tenho aqui. Esse é o meu relato no momento. Parabênizo o projeto e Deus abençoe que vá em frente.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Parabéns pela sua defesa, já diz tudo, está prosperado. Vou tomar a liberdade de tirar cópia e enviar à Secretaria Municipal de Saúde. O Dr. Eurípedes é o nosso representante. É médico e sabe da importância dos instrumentais. Hoje estamos falando de super bactérias resistentes a todos os antibióticos nos melhores hospitais. Sabemos que, se o fio do bisturi não for de boa qualidade, na incisão fica mais propenso a causar infecções nas cicatrizes cirúrgicas.

Contei sobre a experiência que tive de trabalhar numa prefeitura limdeira a São Paulo e o material importado não sei de que lugar. Na hora de fazer uma sutura a agulha entortou e transfixou o meu dedo, quer dizer, amarrei o meu dedo junto e foi uma situação terrível.

Realizada a segunda audiência do PL 541/13.

O próximo item da pauta é o PL 639/2013, do Vereador Coronel Camilo (PSD), que prioriza vagas em creches para crianças em idade compatível, filhas(os) de mulheres policiais-militares, policiais-civis e guardas civis metropolitanos.

Há algum assessor ou alguém que queira se inscrever para defender o projeto? (Pausa) Então eu mesmo o defenderei; é um projeto de suma importância, porque as mulheres policiais militares, tanto civis quanto militares, mães, têm os seus plantões e muitas vezes são chamadas em caráter de urgência e deverão ter salvaguardados os seus filhos em ambientes mais seguros, até porque sabemos que há e sempre houve uma guerra entre o bem e o mal, como nos filmes de polícia e bandido.

O último item da pauta é o PL 727/2013, do Vereador Marco Aurélio Cunha (PSD), que dispõe sobre a proibição de comercialização de bebidas para crianças com forma de apresentação semelhante a de bebidas alcólicas, no âmbito do município de São Paulo, e dá outras providências.

Como ninguém quer se manifestar, eu mesmo farei a defesa. Com esse projeto, ele pretende que as crianças não se habituem ao álcool. Se colocarem guaraná na forma de uma lata de cerveja, a criança percebe a semelhança visual e poderá buscar o álcool. Ou vice-versa, vender algo alcóólico com embalagem que atraia crianças.

É isso o que dispõe e regulamenta esse excelente projeto, que está prosperado. Realizada a segunda audiência pública ao PL 727/2013. Encerradas as nossas audiências públicas de hoje referentes aos projetos.

Vamos lá. Temos dois inscritos. Vencemos as 15 horas, mas vou ficar para ouvi-los, a título apenas do Regimento Interno. Todos os projetos foram analisados e prosperados no dia de hoje.

Passo a palavra para o inscrito Sr. João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO ROSIN – Meu nome é João Pedro Rosin, fui eleito para o Conselho de Saúde de Pinheiros, quero falar sobre o PL 688, do Plano Diretor.

O Plano Diretor está colocando a outorga onerosa e os Cepacs das Operações Urbanas. Nós estamos calculando que esse dinheiro vai arrecadar, para a cidade de São Paulo, nos próximos 10 anos, algo em torno de 100 bilhões de reais, ou seja, 10 bilhões, por

ano.

Estamos pedindo que, em alguns artigos do Plano, esse dinheiro possa ser usado para equipamentos públicos sociais de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esportes, porque hoje está muito centrado em praça, corredor de ônibus e outras obras viárias, como viadutos, túneis, etc.

Na audiência pública que aconteceu hoje no auditório, o nobre Vereador Nabil Bonduki deu uma balançadinha dizendo que poderia colocar essa emenda, que foi de um Vereador da Casa. Eu pediria que a Comissão de Saúde, Assistência Social e Mulher, acolhesse esse pedido de emenda.

Como o senhor disse: o orçamento vem da outorga onerosa, da venda do espaço aéreo. É ali que nós temos que buscar o dinheiro. O dinheiro está ali. Temos que pegar uma parte desse dinheiro e passar para nós da Saúde, da Educação, da Cultura, da Assistência Social, porque é muito dinheiro. Se nós deixarmos, eles farão túneis, viadutos.

Para vocês terem uma ideia, a Operação Urbana Faria Lima, que não construiu uma UBS, não construiu nada, arrecadou 5 bilhões, tem 800 milhões em caixa, guardados, eles não sabem onde gastar. Aí eles ficam reformando calçada, depois reforma de novo, faz isso, faz banco de praça. Não tem onde gastar 800 milhões de reais. E nós estamos necessitando de creches e de UBSs.

Então, nobre Vereador, eu pediria que a Comissão de Saúde, por gentileza, fizesse um pedido para que essa emenda fosse acolhida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Sr. João Pedro, posso garantir para o senhor que já, de ofício, com urgência, porque estamos ultimando o Plano Diretor, esta Comissão vai mandar um ofício, que eu mesmo assinarei, para o relator, indicando onde couber uma porcentagem dessa arrecadação para a Saúde.

Quem vai gostar muito disso é o meu irmão aqui que luta muito pela Saúde a vida

inteira.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Maravilha. Vamos colocar isso. Na Promoção Social aqui também cabe. Verinha, nós podemos fazer um ofício ainda hoje, em caráter de urgência, indicando no Plano Diretor, na previsão de arrecadação, principalmente dos Cepacs. É como ele disse: sobra mesmo dinheiro em caixa, mas se não estiver previsto em lei, como aplicar aquilo fora? E fica lá. Precisa, como é o caso da Faria Lima, é isso mesmo.

Parabéns para quem teve a ideia e para o senhor que veio defender aqui. Nós faremos a nossa parte, Verinha. Entrego para o Nabil em mãos, hoje, no Plenário.

O próximo e último orador de hoje é o Sr. Edson Fiuri.

O SR. EDSON FIURI RIBEIRO DA SILVA – Boa tarde nobre Presidente e a todos os presentes, meu nome é Edson Fiuri Ribeiro da Silva, sou representante de uma associação da Vila Constância e conselheiro gestor de UBS. Vim aqui fazer uma solicitação à Comissão, pois foi feito um pedido para a Secretaria Municipal de Saúde, em 2009, a reforma na questão de um elevador, na UBS Dr. Sebastião Gabriel de Sayago, na Rua São Geraldino, Vila Constância, Jaçanã.

Há também outras questões para a ampliação de mais salas, de um aparelho de raio X odontológico e um ortopédico, só que até hoje nada foi resolvido. Eles falam que não têm verbas. Como o companheiro falou, há um dinheiro guardado, só que nunca aparece.

Fiz também a denúncia não só na Comissão de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Não esqueça do que o senhor vai falar. Ele trouxe uma problemática que é assim: só se pode gastar quando o dinheiro está direcionado. O dinheiro que está guardado não está direcionado para a Saúde. A sugestão dele é que, futuramente, os próximos Cepacs, essas tramitações, uma porcentagem poderia ser usada para a Saúde, em suas necessidades.

O que eu sugiro, antes de o senhor passar para o próximo assunto, é que nesse

questo nós podemos encaminhar, através do Dr. Eurípedes, porque o elevador é fundamental para transportar alguém que não pode subir a escada. Ele vai verificar para nós.

O SR. EDSON FIURI RIBEIRO DA SILVA – Em 2009, foi feito o pedido, na época o Subprefeito era o Sr. Aníbal de Freitas, ex-Vereador, não foi adequado ao orçamento na época. A questão é que esta UBS agora está se transformando como se fosse um centro de saúde, um pronto socorro, só que é uma UBS.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - O senhor quer dizer uma AMA?

O SR. EDSON FIURI RIBEIRO DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Está atendendo também casos de urgência?

O SR. EDSON FIURI RIBEIRO DA SILVA – Isso. Inclusive vêm pessoas de regiões como Pirituba, assim como de outros estados, para serem atendidos nessa UBS, porque quem faz a administração é a Santa Casa, pela microrregião.

Já que estão vindo outras pessoas, então precisamos de mais salas, porque todos os consultórios estão no primeiro andar, a maior frequência de pessoas são os deficientes físicos e idosos. O consultório dentário fica o andar superior, não há como essas pessoas subirem. Isso já foi falado para a Dra. Bertolini, a assessora do Dr. Alberto, já foi falado para a Sra. Magali Ezequiel, chefe de assessoria do gabinete do Secretário Municipal. Quando tentamos marcar uma reunião de novo, eles não nos atendem.

Quero falar também sobre a omissão que ocorre no Hospital Municipal São Luiz Gonzaga. Inclusive uma senhora de idade, no mês outubro, sofreu negligência médica. Também no dia 6 de abril, minha esposa perdeu uma criança por maus cuidados da chefe da obstetrícia. Tentei fazer o Boletim, tanto para o caso dessa senhora, que é minha mãe, assim como da minha esposa, a Delegacia 73 DP disse que não faz registro contra a Prefeitura e nem contra a Santa Casa. Acho isso um absurdo.

Venho pedir apoio a esta Comissão que seja investigado, porque já está no Ministério Público, nos Direitos Humanos. É um processo que eles estão investigando. Peço

apoio a V.Exas. que nos ajudem na questão de saúde na zona Norte, sobre a UBS.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Sr. Edson, estamos sensibilizados pela sua causa. O Dr. Eurípedes já anotou tudo, não sei se o senhor percebeu. Ele vai verificar o que está acontecendo. A questão de procedimentos é um processo disciplinar, é diferente, mas o senhor pode manter em sigilo, traga para nós o nome desses profissionais que nós encaminharemos ao Dr. Eurípedes, que é a figura do Secretário na região. É médico, sempre lutou a vida inteira para melhorar a Saúde, conhece tudo de pronto socorro e hospitais.

O SR. EDSON FIURI RIBEIRO DA SILVA – Como a questão da UBS, teve um orçamento de reforma, quando foi feito o pedido para a própria Dra. Bertolini, que o senhor deve conhecer, falaram que seria feito. Só que na hora H estão fazendo apenas a reforma de um estacionamento, uma cobertura que não sei se é 112 mil ou 112 milhões, que está na placa.

O principal que é a questão do aparelho para a radiografia dentária e o elevador, até hoje nada. Já foi aprovado, em 2009, o elevador ou uma rampa, só que nada até hoje saiu do papel.

O muro da UBS está caindo, porque quando foi construída não foi feito o muro de arrimo. Lá tem um córrego, querendo ou não é questão de saúde. Há no Ministério Público do Meio Ambiente um processo, nº 3010/2010. O engenheiro da Santa Casa foi ao local, também o da própria Prefeitura. O Subprefeito do Jaçanã foi convidado para uma reunião no dia 22.4, mas não compareceu. Nem o antigo Secretário da Subprefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Quanto a isso, vou pedir para a assessoria técnica da Comissão fazer um ofício ao Subprefeito de Jaçanã. O senhor passará os dados para a Verinha, nós assinaremos, porque a Subprefeitura pode ajudar. Se a Saúde tem que comprar remédios e está caindo o muro do lado do córrego, ele vai ter que responder.

O SR. EDSON FIURI RIBEIRO DA SILVA – Ele mandou um assistente da Defesa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Nós vamos tomar conta disso. O senhor retorne com os resultados da região para nós, por favor. Não perca o contato conosco.

O SR. EDSON FIURI RIBEIRO DA SILVA – Vou ser os olhos e ouvidos desta Comissão lá e vou trazer. Era para ter vindo mais pessoas do Conselho, mas como está em greve no trânsito não deu par vir.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Quanto ao recurso, o elevador, os consultórios no primeiro andar, o Dr. Eurípedes vai trazer o retorno para nós na primeira oportunidade, com certeza.

O SR. EDSON FIURI RIBEIRO DA SILVA – Ok. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Essa reparação no atendimento do hospital que é de excelência, o São Luiz Gonzaga, historicamente sempre foi da Santa Casa, desde quando me formei eu já ouvia falar dele, o Dr. Eurípedes também vai verificar.

O SR. EDSON FIURI RIBEIRO DA SILVA – Inclusive o Dr. Cold e o Dr. José Carlos disseram que eu poderia falar com o Papa que não aconteceria nada.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Dr. Eurípedes vai verificar o que aconteceu.

O SR. EDSON FIURI RIBEIRO DA SILVA – Eu tenho testemunhas e telefones que podem provar isso.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Edson, você se sente contemplado com as nossas atitudes?

O SR. EDSON FIURI RIBEIRO DA SILVA – Sinto.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Mas cobre na próxima reunião para a gente não esquecer.

O SR. EDSON FIURI RIBEIRO DA SILVA – Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião. Iniciamos sob a proteção de Deus e vamos continuar com ela. Obrigado a todos.